



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

058

HABEAS CORPUS Nº: 0205781-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 245.2009.990001-8

COMARCA : Salgueiro – 1ª Vara
IMPETRANTE : Roseli Vieira Buqui Silva
PACIENTE : Alexandre Rodrigues
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. NORMA ESPECIAL. INTELIGÊNCIA DO ART.44, DA LEI Nº 11.343/06. REVOGAÇÃO DA VEDAÇÃO CONTIDA NA LEI DOS CRIMES HEDIONDOS. LEI DE CARÁTER GERAL. IMPEDIMENTO LEGAL MANTIDO. DENEGACÃO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA EMBASADA NA NECESSIDADE DE DECRETAÇÃO DA PREVENTIVA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME. PERICULOSIDADE DO RÉU. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

I – A proibição de concessão do benefício de liberdade provisória para os autores do crime de tráfico ilícito de entorpecentes está prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/06, que é, por si, fundamento suficiente por se tratar de norma especial em relação ao parágrafo único, do art. 310, do CPP e à Lei dos Crimes Hediondos, com sua nova redação dada pela Lei nº 11.464/2007. Precedentes do S.T.F. e do S.T.J.

II – A referência à grande quantidade de droga apreendida, afigura-se, por si só, como fundamento idôneo para denegar ao réu o direito de recorrer em liberdade. Precedentes do S.T.F. e do S.T.J.

III - Ordem denegada à unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

059

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0205781-4 no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

060

HABEAS CORPUS Nº: 0205781-4

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 245.2009.990001-8

COMARCA : Salgueiro – 1ª Vara
IMPETRANTE : Roseli Vieira Buqui Silva
PACIENTE : Alexandre Rodrigues
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

A belª. Roseli Vieira Buqui Silva impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **ALEXANDRE RODRIGUES**, alegando que o paciente faz jus a aguardar o julgamento do recurso de apelação em liberdade, ante a ausência de fundamentação das razões do indeferimento da aludida benesse, na sentença que o condenou à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente fechado e 533 (quinhentos e trinta e três) dias-multa, por infração ao art. 33¹, da Lei 11.343/2006, nos autos da ação penal nº 245.2009.990001-8, que tramitou na 1ª Vara da Comarca de Salgueiro, neste Estado.

A inicial foram acostados os documentos de fls.25/105.

Às fls.112/113, indeferi a postulação liminar, solicitando informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.118/119.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. José Correia de Araújo, ofereceu parecer às fls.122/123, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 10 DE FEVEREIRO DE 2010

Desª. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora

¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

061

HABEAS CORPUS Nº: 0205781-4
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 245.2009.990001-8
COMARCA : Salgueiro - 1ª Vara
IMPETRANTE : Roseli Vieira Buqui Silva
PACIENTE : Alexandre Rodrigues
RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de *habeas corpus* que objetiva restabelecer a liberdade do paciente, ao fundamento de que inexistente fundamentação idônea a dar suporte à sentença que negou ao acusado o direito de recorrer em liberdade.

A postulação mandamental não merece guarida.

Preambularmente, cumpre esclarecer que o legislador ordinário, reiterando o seu pensamento consignado na Lei dos Crimes Hediondos, ao editar a nova Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343/2006, vedou expressamente a concessão de liberdade provisória ou fiança, *in verbis*:

"Art. 44. Os crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1.º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos."

Releva notar, por pertinente, que esta Terceira Câmara Criminal, em casos idênticos, firmou a convicção de que as alterações implementadas pela Lei nº 11.464/2007, que modificaram dispositivos da Lei nº 8.072/90, afastando o óbice legal à concessão da liberdade provisória nas hipóteses de cometimento de crime hediondo, não se aplicam ao caso específico do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, que tem disciplinamento próprio.

Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado:

"A proibição de concessão do benefício de liberdade provisória para os autores do crime de tráfico ilícito de entorpecentes está prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/06,"

27



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

062

que é, por si, fundamento suficiente por se tratar de norma especial especificamente em relação ao parágrafo único, do art. 310, do CPP. Além do mais, o art. 5º, XLIII, da Carta Magna, proibindo a concessão de fiança, evidencia que a liberdade provisória pretendida não pode ser concedida. IV - Writ conhecido em parte e, nessa extensão, denegada a ordem. Decisão unânime." (HC nº 169943-6, TJPE- 3ªCCrim, julgado em 04/06/2008)

Com efeito, a Lei nº 11.343/06, por disciplinar matéria específica, dizente exclusivamente aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, é **especial** em relação à Lei dos Crimes Hediondos, que alcança outras espécies penais, não se verificando, por tal motivo, qualquer antinomia no sistema jurídico, à luz do brocardo *lex specialis derogat legi generali*, circunstância que impõe o indeferimento da pretensão almejada pelo paciente.

Corroborando as razões ora esposadas, socorre-nos julgado oriundo do Supremo Tribunal de Justiça, cuja ementa transcrevo, *in verbis*:

"O STF tem adotado orientação segundo a qual há proibição legal para a concessão da liberdade provisória em favor dos sujeitos ativos do crime de tráfico ilícito de drogas (art. 44, da Lei n 11.343/06), o que é fundamento para o indeferimento do requerimento de liberdade provisória (norma especial em relação àquela contida no art. 310, parágrafo único, do CPP). Nem a redação conferida ao art. 2, II, da Lei n 8.072/90, pela Lei n 11.464/07, prepondera sobre o disposto no art. 44, da Lei n 11.343/06, eis que esta se refere explicitamente à proibição da concessão de liberdade provisória em se tratando de crime de tráfico ilícito de substância entorpecente." (Hc 92495/PE, STF – 2ª Turma, rel.Minª.Ellen Grace, julgado em 27/5/2008, DOU nº 107, publicado em 12/06/2008).

A propósito, sobre o tema, recentemente o Superior Tribunal de Justiça encampando entendimento firmado pelo Excelso Pretório, assim decidiu:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

063

"Na linha do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei n.º 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5.º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais. Ordem denegada." (HC 101.314/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 22.04.2008, DJ 12.05.2008 p. 1)

E mais:

"A vedação de concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no art. 44 da Lei 11.343/06 (nova Lei de Tóxicos), que é norma especial em relação ao parágrafo único do art. 310, do CPP e à Lei de Crimes Hediondos, com a sua nova redação dada pela Lei 11.464/2007. Referida vedação legal é, portanto, razão idônea e suficiente para o indeferimento da benesse, de sorte que prescinde de maiores digressões a decisão que indefere o pedido de liberdade provisória, nestes casos. Ordem denegada." (HC 87.018/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 22.04.2008, DJ 19.05.2008 p. 1)

Assim, com amparo nos precedentes e nos entendimentos ora apresentados, tenho que a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44, da Lei nº 11.343/06, é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse.

Além do mais, forçoso reconhecer que o togado monocrático, ao negar ao paciente o direito de apelar em liberdade, arrimou-se não apenas na vedação legal aplicável à espécie, mas também na possibilidade concreta de reiteração da prática criminosa, em face da gravidade específica do caso, senão, vejamos (fls.58):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

064

" (...) Denego o direito dos réus apelarem em liberdade (art.594, CPPP), **por encontrarem-se os réus presos em flagrante**, bem como por terem sido condenados ao regime inicialmente fechado, não se podendo olvidar que os réus não são residentes no Estado de Pernambuco, **além do fato de terem sido apreendidos com uma grande quantidade de drogas, mais de cento e cinquenta quilos de maconha, colocando, desta forma, em risco a ordem pública, uma vez que é concreta a possibilidade de reiteração criminosa**, e o faço com sustento na doutrina e na jurisprudência pátria (...)."

Vê-se, pois, a demonstração de circunstância concreta que, por si só, denota evidente periculosidade a justificar a manutenção do cárcere cautelar, inviabilizando a concessão da liberdade provisória, em face do perigo concreto que o delito em exame proporciona à toda sociedade, como bem frisou o Juiz a quo, ressaltando o risco à ordem pública decorrente da prática de delitos desse jaez.

A corroborar o entendimento acima explicitado, trago à colação jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a saber:

"Prisão preventiva. Garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e necessidade de assegurar a aplicação da lei penal. Hipóteses legais associadas a fatos concretos, **evidenciando que a associação para o tráfico de grandes quantidades de entorpecentes – camuflados em cargas regularmente documentadas – é altamente perniciosa à sociedade e afeta a ordem pública. Ordem denegada**". (HC nº 86.755/RJ, DJ de 02/12/2005, rel.Min.Eros Grau).

No mesmo sentido, destaco de julgado do Superior Tribunal de Justiça, o seguinte excerto:

"**Resta devidamente fundamentada a decisão que denega pedido de liberdade provisória, ressaltando a garantia da ordem pública, tendo em vista a grande quantidade de droga apreendida**.(Precedente).Writ parcialmente conhecido e, nesta parte, denegado." (HC



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

065

48404/CE, Rel. Ministro **FELIX FISCHER**, QUINTA
TURMA, julgado em 07.02.2006, DJ 27.03.2006 p. 313)

Demais disso, o paciente respondeu preso ao processo, não havendo justificativa plausível para que, agora sentenciado e condenado, seja posto em liberdade.

A propósito, socorre-nos julgado, do teor seguinte:

"Não se reconhece a possibilidade de apelar em liberdade a réu que não pode ser beneficiado com o direito à liberdade provisória, em razão do entendimento "de que não há lógica em permitir que o réu, preso preventivamente durante toda a instrução criminal, aguarde em liberdade o trânsito em julgado da causa, se mantidos os motivos da segregação cautelar" (STF, HC 89.824/MS, 1.ª Turma, Rel. Min. Carlos Britto, DJ de 28/08/08.) (...). Recurso desprovido."

(RHC 24.647/PI, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 26/11/2009, DJ de 15/12/2009)

Ante o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, denego a ordem.

Recife, 10 de Fevereiro de 2010.


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora